

Banco Mundial suspende empréstimos até o Brasil firmar acordo com FMI

por Cláudia Safaite
de Brasília

O Banco Mundial (BIRD) não deverá aprovar nenhum empréstimo setorial ao Brasil até que seja firmado um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que dê uma avaliação do cenário macroeconômico para este ano. Ficam suspensos, assim, os empréstimos no valor de US\$ 500 milhões destinados a financiar a reforma do sistema financeiro; outros US\$ 500 milhões para modernização da política de comércio exterior; e mais uma primeira parcela de US\$ 325 milhões para um projeto setorial do setor elétrico, num total de US\$ 1 bilhão.

REAÇÃO NORMAL

Essa informação foi transmitida pela direção do BIRD ao governo brasileiro e, segundo uma graduada fonte do Ministério da Fazenda, a suspensão dos empréstimos do BIRD a projetos setoriais, que dependem de uma avaliação macroeconômica do País, pode ser considerada como uma reação "normal, natural, que podemos até não gostar, mas que existe" por parte do organismo multilateral de crédito.

O BIRD pretende aguardar um acordo do Brasil com o FMI para reabrir as negociações desses empréstimos, e até o momento o governo brasileiro não conseguiu sequer fechar os números do setor público para estabelecer uma meta factível de déficit público operacional ou primário. Está havendo enormes dificuldades por parte da equipe técnica do governo em fechar as contas das empresas estatais e da Previdência Social para este ano.

O projeto de reforma do sistema financeiro já estava em fase adiantada de avaliação por parte do BIRD. Foi aprovado nos cinco níveis de análise técnica — pela missão do Banco Mundial que negociou o empréstimo com o governo brasileiro, pela divisão do Brasil no BIRD, pela diretoria do departamento brasileiro na instituição, pela vice-presidência para a América Latina e pela vice-presidência operacional.

A expectativa do governo brasileiro era de que este projeto fosse levado ao "board" do Banco Mundial no início de junho e a primeira tranche de US\$ 250 milhões já ingressasse no País logo em seguida, em julho. A última pendência técnica — que era marcar uma data para início da vigência do seguro de depósitos, que depende do Congresso Nacional e não do Executivo — foi contornada há quinze dias, deixando o caminho aberto para a aprovação pelo "board".

APARAR ARESTAS

O Banco Mundial, porém, adotou uma decisão política de não negociar os projetos setoriais até que o governo brasileiro apresente uma meta de política macroeconômica, que será consubstanciada num acordo com o FMI para vigorar até o final deste ano.

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, que estará em Washington no dia 16 próximo, deverá encontrar-se com o diretor gerente do FMI, Michel Camdessus, e com o presidente do BIRD, Barber Conable, para aparar essas "arestas". A agenda do ministro, porém, ainda não está fechada.